

29 JAN 1995

FHC e a economia

CORREIO BRAZILEIRO

Brief

— Você acha que se o ministro da Fazenda do Itamar fosse um tecnocrata e não um político, como eu, o Plano Real saía — pergunta Fernando Henrique, analisando o buraco em que o México foi metido pelos economistas que o governaram muitos anos.

Continua: não há a menor hipótese de repetirmos a crise mexicana. Acompanhamos o fluxo de importações e de exportações praticamente dia a dia. Apesar do **deficit** do fim do ano, e das compras pelo correio, que já eliminamos, a maior parte das importações que fizemos mostra o crescimento da economia. Importamos máquinas para modernizar as indústrias e matérias-primas, para fazê-las funcionar. A valorização do real frente ao dólar está, realmente, dificultando a vida de quem exporta para os Estados Unidos, mas não prejudica tanto quem exporta para a Europa e o Japão, cujas moedas também se valorizaram frente à moeda americana. O comércio com os Estados Unidos é apenas um quarto do nosso comércio total. Essa choradeira dos exportadores tem de ser examinada com cuidado. Há, realmente, problemas sérios em alguns setores, que devem ser amparados, como os moveleiros de Santa Catarina e os fabricantes de sapatos de Franca, mas nem todos os outros setores devem estar igualmente apertados.

Fernando Henrique é enfático:

— Vamos acabar com essa farra da importação de automóveis. Importamos 140 mil o ano passado e estão projetando 500 mil este ano. Podem projetar o que quiserem que uma importação dessas não vai acontecer.

O grande êxito do comércio externo é o Mercosul. O volume de trocas com os três parceiros, e a Argentina em especial, mais que triplicou.

— Agora, os gargalos do comércio com o Mercosul são físicos: faltam estradas, faltam pontes. Vamos ter de resolver isso entregando concessões às empresas privadas. E não temo um “efeito tequilla” na Argentina, porque, diferentemente do Brasil, eles têm a opção de dolarizar completamente uma economia já muito dolarizada.

Por falar em privatizações, Fernando Henrique

aposta firme é nas que podem ser feitas no setor da energia elétrica. Sobre a Vale do Rio Doce, acha que se tem de caminhar com muito cuidado.

— O setor siderúrgico era um tremendo ralo de consumir dinheiro do Tesouro. Consumiu US\$ 18 bilhões em 20 anos. Era necessário vendê-lo depressa, pelo preço que se pudesse obter. A Vale é diferente. É uma empresa lucrativa e a mais eficiente do mundo no seu ramo. A Elena Landau falou da sua privatização este ano sem o meu consentimento.

Elena Landau é a diretora de privatizações do BNDES.

A lei de concessões de serviços públicos estava empacada em mãos do relator, senador José Fogaça. Havia violentas pressões contra ela por parte dos donos de linhas de ônibus e das empresas geradoras estaduais — a dos três estados do Sul, a mineira Cemig e a Cesp, de São Paulo. A Cesp é o segundo maior anunciante do país, depois da Petrobrás, e tem muita influência na mídia. As empresas de ônibus são politicamente poderosas, pelos favores que prestam a políticos durante as campanhas eleitorais.

— O Fogaça me disse que não tinha poder político para fazer o projeto andar. Falei com os governadores interessados e pedi que mandassem a Brasília os seus secretários de Energia. Mostrei como não seriam prejudicados nas suas concessões, se gerissem corretamente as suas empresas. A resistência foi superada. A imprensa disse que fizemos concessões exageradas. Não é verdade. A lei aprovada nos vai permitir receber bilhões de reais com as privatizações, sobretudo as de obras inacabadas.

Finalmente, o salário mínimo:

— Primeiro, temos de desvincular na Previdência os benefícios dos que recebem o mínimo daqueles que recebem aposentadorias privilegiadas. Essas aposentadorias exageradamente bem pagas, que são alguns milhares, representam um terço do total de gastos da Previdência, que atende 15 milhões de brasileiros. Depois que a reforma da Previdência for aprovada — e acho que não haverá dificuldades no Congresso — quem vai aumentar o salário mínimo sou eu.